

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IBIAM – SULCREDI/IBIAM
CNPJ/MF nº 08.240.446/0001-03

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
DESCRIÇÃO DAS CONTAS			DESCRIÇÃO DAS CONTAS		
ATIVO CIRCULANTE	18.885.253,28	17.293.500,65	PASSIVO CIRCULANTE	19.008.407,51	17.142.971,68
DISPONIBILIDADES (NE 12)	539.115,62	770.168,98	INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	18.210.958,69	15.731.855,88
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	18.827.864,88	16.764.911,21	Depósitos à Vista	1.488.622,70	1.606.742,65
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	8.536.220,30	6.208.096,58	Depósitos a Prazo	16.722.335,99	14.125.113,23
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	3.556,00	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	240.000,00	919.285,21
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	3.556,00	Repasse Interfinanceiros	240.000,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04a e NE 2.1)	10.291.644,58	10.553.258,63	Empréstimo Banco Santander (NE 08)	-	919.285,21
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NE 2.1)	(1.023.858,62)	(582.292,00)			
(-) Operações de Crédito (NE 04b)	(1.023.858,62)	(582.292,00)			
OUTROS ATIVOS (NE 2.1)	542.131,40	340.712,46	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	557.448,82	491.830,59
Valor de recargas em trânsito	-	30,00	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	10.082,08	16.103,60
Negociações e Interm. De valores	511.131,16	276.053,20	Sociais e Estatutárias	116.539,08	137.139,65
Diversos (NE 05)	7.605,01	11.438,70	Fiscais e Previdenciárias	80.072,50	67.060,63
Outros Valores e bens (NE 06)	23.395,23	53.190,56	Diversas (NE 09)	350.755,16	271.526,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.228.458,76	4.446.167,29	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.821.225,68	4.225.824,78			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04a e NE 2.1)	4.821.225,68	4.225.824,78			
Operações de Crédito	4.821.225,68	4.225.824,78			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.105.304,53	4.765.560,94
			CAPITAL SOCIAL	3.831.018,64	3.537.085,03
			De Domiciliados no País (NE 10)	3.831.018,64	3.537.085,03
IMOBILIZADO DE USO (NE 07 a)	389.863,35	173.480,03	RESERVAS DE CAPITAL	-	-
Outras Imobilizações de Uso	540.277,96	311.654,25	RESERVAS DE LUCROS	1.124.114,66	1.014.900,22
(Depreciações Acumuladas)	(150.414,61)	(138.174,22)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	150.171,23	213.575,69
INTANGÍVEL (NE 07 b)	17.369,73	46.862,48			
Softwares	125.675,01	147.463,88			
(Amortizações Acumuladas)	(108.305,28)	(100.601,40)			
TOTAL DO ATIVO	24.113.712,04	21.908.532,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.113.712,04	21.908.532,62

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IBIAM – SULCREDI/IBIAM
CNPJ/MF nº 08.240.446/0001-03

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.757.393,70	4.504.108,90
Operações de Crédito	4.987.299,14	3.900.538,43
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	770.094,56	603.570,47
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.744.121,71)	(1.779.452,31)
Operações de Captação no Mercado	(1.724.031,81)	(1.274.001,63)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.140,82)	(19.285,21)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.015.949,08)	(486.165,47)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.013.271,99	2.724.656,59
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.771.518,88)	(2.313.076,54)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	119.589,85	117.333,45
Rendas de Tarifas Bancárias	51.702,32	51.017,12
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.573.288,66)	(1.438.549,72)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.536.436,86)	(1.368.083,22)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2.417,46)	(3.359,63)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	611.989,85	443.234,51
Despesas de Depreciação e amortização	(70.509,10)	(65.693,35)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(372.148,82)	(48.975,70)
RESULTADO OPERACIONAL	241.753,11	411.580,05
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	65.000,00	6.502,18
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	306.753,11	418.082,23
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.717,00)	(29.765,57)
Provisão para Imposto de Renda	(15.971,21)	(14.099,48)
Provisão para Contribuição Social	(17.745,79)	(15.666,09)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	273.036,11	388.316,66
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	122.866,25	174.742,49
Fundo de Reserva - 40%	109.214,44	155.326,66
FATES - 5%	13.651,81	19.415,83
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	150.169,86	213.574,17

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IBIAM – SULCREDI/IBIAM**

CNPJ/MF nº 08.240.446/0001-03

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
	TOTAL	TOTAL
Sobra Líquida do período	150.169,86	213.574,17
Outros Resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	150.169,86	213.574,17

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IBIAM – SULCREDI/IBIAM

CNPJ/MF nº 08.240.446/0001-03

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Sobras Perdas liquidas antes do IR e CSLL	273.036,11	388.316,66
Contas resultado Credora	6.605.675,72	5.122.216,16
Contas resultado Devedoras	(6.298.922,61)	(4.704.133,93)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	(33.717,00)	(29.765,57)
Ajustes as sobras/perdas liquidas	70.509,10	65.693,35
Despesas de depreciacao e amortizacao	70.509,10	65.693,35
Despesas de Depreciação	70.509,10	65.693,35
Outros Ajustes	-	-
Destinações dos resultados FATES	-	-
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	1.930.565,53	978.573,73
Operações de Crédito	276.644,45	(2.486.640,41)
Operações de Crédito	276.644,45	(2.486.640,41)
Outros Creditos	(231.214,27)	(123.064,70)
Outros Creditos	(231.214,27)	(123.064,70)
Outros Valores e Bens	29.795,33	10.358,51
Outros Valores e Bens	29.795,33	10.358,51
Depósitos	2.479.102,81	2.527.853,02
Depósitos	2.479.102,81	2.527.853,02
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	243.556,00	(1.975,90)
Relações Interfinanceiras	243.556,00	(1.975,90)
Obrigacoes por empréstimos e repasses	(919.285,21)	919.285,21
Empréstimos no pais outras instituicoes	(919.285,21)	919.285,21
Outras obrigações	51.966,42	132.758,00
Outras obrigações	51.966,42	132.758,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.274.110,74	1.432.583,74
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisicoes de investimentos	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(257.399,67)	(32.118,40)
Aplicações Financeiras	(2.328.123,72)	(1.544.706,21)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.585.523,39)	(1.576.824,61)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	293.933,61	474.533,85
Aumento/(redução) de capital	293.933,61	474.533,85
Reservas de lucro	-	-
Reservas de lucro	-	-
Sobras ou perdas acumuladas	(213.574,32)	(320.427,58)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(213.574,32)	(320.427,58)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	80.359,29	154.106,27
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	(231.053,36)	9.865,40
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(231.053,36)	9.865,40
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	770.168,98	760.303,58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	539.115,62	770.168,98

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE IBIAM – SULCREDI/IBIAM

CNPJ/MF nº 08.240.446/0001-03

2022

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	3.062.551,18	-	859.573,56	-	320.429,10	4.242.553,84
Mutações Exercício Atual	474.533,85	-	155.326,66	-	(106.853,41)	523.007,10
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(320.427,58)	(320.427,58)
2. Integralização de Capital	722.139,81					722.139,81
3. Baixas de Capital	(247.605,96)					(247.605,96)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					388.316,66	388.316,66
5. Destinações para reservas			155.326,66		(155.326,66)	-
6. Destinações Fates					(19.415,83)	(19.415,83)
Saldo Exercício Atual	3.537.085,03	-	1.014.900,22	-	213.575,69	4.765.560,94
Mutações	474.533,85	-	155.326,66	-	(106.853,41)	523.007,10
Variações %	15%	0%	18%	0%	-33%	12%

* valores em Reais

2023

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	3.537.085,03	-	1.014.900,22	-	213.575,69	4.765.560,94
Mutações Exercício Atual	293.933,61	-	109.214,44	-	(63.404,46)	339.743,59
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(213.574,32)	(213.574,32)
2. Integralização de Capital	554.841,99					554.841,99
3. Baixas de Capital	(260.908,38)					(260.908,38)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					273.036,11	273.036,11
5. Destinações para reservas			109.214,44		(109.214,44)	-
6. Destinações Fates					(13.651,81)	(13.651,81)
Saldo Exercício Atual	3.831.018,64	-	1.124.114,66	-	150.171,23	5.105.304,53
Mutações	293.933,61	-	109.214,44	-	(63.404,46)	339.743,59
Variações %	8%	0%	11%	0%	-30%	7%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural de Ibiã - SULCREDI IBIAM, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 23/08/2006 e tem por objetivos principais:

- I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;
- II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, com diretrizes nas normativas Lei nº6.404/1976, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, nº 11.941/2009 e nº 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade; as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009; e normas regulamentadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Nacional, consoante à Resolução CMN nº4.818/2020 e Resolução BCB nº2/2020.

NOTA 02.1 – Mudanças nas Políticas Contábeis

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva. Apresentamos para as contas contábeis relativas a essa NE 2.1, nova estrutura para os saldos de 2022, visando atender ao que tange ao aspecto de comparabilidade dos dados, não registrando reflexos nos resultados do período, conforme orienta NBC TG 23, §28.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Imobilizados de Uso

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, nos termos da Resolução CMN nº4.535/2016.

A administração pretende, quando entender necessário, revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos - CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	9.359.089,74	4.033.558,09	13.392.647,83	12.358.288,05
Financiamentos	932.554,84	787.667,59	1.720.222,43	1.671.888,76
Financiamentos rurais e agro-industriais	-	-	-	917.771,28
Carteira total	10.291.644,58	4.821.225,68	15.112.870,26	14.947.948,09

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para Perdas esperadas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nível A	6.785.651,68	8.929.787,17	33.928,33	44.649,60
Nível B	3.936.070,40	3.718.527,10	39.360,87	37.185,26
Nível C	2.542.370,35	1.313.423,02	76.271,07	39.402,79
Nível D	369.252,56	506.907,43	36.925,50	50.691,06
Nível E	257.060,85	57.247,97	77.118,53	17.174,39
Nível F	916.987,38	47.391,42	458.495,01	23.695,91
Nível G	12.392,58	17.236,77	8.674,85	12.065,78
Nível H	293.084,46	357.427,21	293.084,46	357.427,21
Total (i)	15.112.870,26	14.947.948,09	1.023.858,62	582.292,00

(i) Além destas provisões, também consta saldo referente provisão sobre as Coobrigações registradas no compensado 3.0.1.00.00-4 R\$ 2.694.709,52 informado no Balanço Patrimonial como Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa conta 4.9.9.35.01-9 R\$ 15.916,19.

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	313.625,48	232.781,76
Lançadas contra prejuízo	1.332.312,76	187.963,39
Recuperadas de prejuízo	(1.034.783,36)	(107.119,67)
Saldo Final	611.154,88	313.625,48

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Adiantamento de Férias	1.273,14		1.273,14	5.106,83
IRPJ e CSLL a compensar	6.331,87		6.331,87	6.331,87
Total	7.605,01	-	7.605,01	11.438,70

* valores em Reais

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Material em estoques-Almoxarifado	23.395,23	-	23.395,23	25.690,56
Despesas Antecipadas	-	-	-	27.500,00
Total	23.395,23	-	23.395,23	53.190,56

* valores em Reais

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e equipamentos de uso	247.542,86	(123.497,83)	168.280,13	143.396,77	10%
Sistema de comunicação e segurança	13.454,60				10%
Sistema de processamento de dados	30.780,50				20%
Sistema de transporte	248.500,00	(26.916,78)	221.583,22	30.083,26	20%
Total	540.277,96	(150.414,61)	389.863,35	173.480,03	-

* valores em Reais

b) Investimento

Imobilizado de Uso	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível	125.675,01	(108.305,28)	17.369,73	46.862,48	20%
Total	125.675,01	(108.305,28)	17.369,73	46.862,48	-

* valores em Reais

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Santander DIR	-	-	-	919.285
Total	-	-	-	919.285

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Obrigações por convênios oficiais	190.142,16	-	190.142,16	42.954,36
Provisão para pagamentos a efetuar	127.727,54	-	127.727,54	113.487,50
Provisão para Coobrigações	15.916,19	-	15.916,19	15.760,77
Credores Diversos país	16.969,27	-	16.969,27	99.324,08
Total	350.755,16	-	350.755,16	271.526,71

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Capital Social	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	3.831.018,64	3.537.085,03

* valores em Reais

Quadro social	31/12/2023	31/12/2022
Total de associados	3.369	3.165

NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a vista	10.966,32	22.072,34
Pessoas físicas	10.966,32	22.072,34
Depósitos a prazo	348.251,44	237.373,65
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	348.251,44	237.373,65
Operações de crédito	545.849,31	577.462,50
Cota Capital	78.280,54	73.831,89
Remuneração de empregados e administradores	1.085.218,30	999.553,89
Remuneração pessoas chave da administração	205.120,31	187.560,24

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 12 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2023	Final: 31/12/2023	Varição
Caixa	273.128,11	208.355,77	(64.772,34)
Depósitos bancários	265.439,92	254.714,99	(10.724,93)
Reservas Livres	231.600,95	76.044,86	(155.556,09)
Total	770.168,98	539.115,62	(231.053,36)

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 13 – ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 12º, da Resolução CMN 4.606/17, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

A cooperativa utiliza-se da metodologia de facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), efetuando cálculo da parcela de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada RWAs5, Circ. Nº3.862/17.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PRs5)	5.087.934,80	4.718.698,46
Patrimônio de referência exigido	3.955.256,74	3.476.996,90
RWAs5	23.266.216,09	20.452.922,96
Limite do PRs5 (sobra ou insuficiência)	1.132.678,06	1.241.701,56
Índice de Basileia (mínimo 17%)	21,87%	23,07%

* valores em Reais

NOTA 14 – RESOLUÇÃO Nº 4.966/2021

Conforme estabelecido na Resolução Nº 4.966/2021 em seu Art.76, parágrafo único: "II - divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022", transcrevemos abaixo o Plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida na referida Resolução.

Resolução Bacen 4.966 – NOVOS CONCEITOS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Plano de Implementação

1. INTRODUÇÃO

Por meio da Resolução 4.966, de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil divulgou novas normas para definição de conceitos e critérios contábeis aplicados a instrumentos financeiros, além de definir a necessidade do reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

A referida Resolução abrange também as Cooperativas de Crédito e exigirá a implantação de alterações de alto impacto no processo da contabilidade da Cooperativa, também exigindo a implantação de ferramentas tecnológicas, significativamente diferenciadas das atuais soluções.

Com a implantação destes novos conceitos e critérios contábeis, todos os instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, tanto em seu polo ativo como em seu polo passivo passarão a ser contabilizados, valorados e atualizados mediante critérios internacionais que visam apurar o verdadeiro valor dos instrumentos.

Caberá à Cooperativa estabelecer critérios de avaliação, provisão e atualização baseados nas características dos instrumentos financeiros utilizados com seus associados ou possíveis outras contrapartes e que estejam em sintonia com o seu modelo de negócio.

Em função da complexidade da implantação, é importante que nossa Cooperativa inicie seus trabalhos de preparação tempestivamente, para que nos exercícios de 2023 e 2024 consiga cumprir, com efetividade e segurança, todas as etapas exigidas pelo órgão regulador.

2. ABRANGÊNCIA

As alterações previstas no referido normativo terão impacto sobre várias áreas da Cooperativa, envolvendo especialmente, os setores de contabilidade, tecnologia, comercial e controles internos, cujas ações deverão estar perfeitamente integradas com as estratégias aprovadas por sua alta gestão, representada pelo Conselho de Administração e Diretoria.

Caberá ao Conselho Fiscal da Cooperativa, em conjunto com o setor de Controles Internos, acompanhar a execução do presente Plano de Implementação, indicando ao Conselho de Administração possíveis atrasos significativos ou incorreções no seu andamento.

3. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação das determinações contidas na Resolução 4966, a Cooperativa apresenta, no presente Plano, seu cronograma de implantação, dividido em quatro fases:

a. Formação Interna

Realização de workshops, cursos e formação, com participação dos setores envolvidos a fim de sedimentar e aumentar a compreensão quanto aos novos conceitos e critérios a ser aplicado com a Resolução. Os eventos de formação ocorrerão sempre que necessário, concentrando-se no primeiro semestre de 2023;

b. Avaliação de Instrumentos

No primeiro semestre de 2023, com envolvimento dos setores de contabilidade e gestão de riscos, será desenvolvido e apresentado ao conselho um relatório com a avaliação dos instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, a fim de avaliar as alterações e os impactos em sua situação patrimonial;

c. Desenvolvimento Tecnológico

Implementação de tarefa junto às fornecedoras dos softwares utilizados pela Cooperativa, com apresentação de estudos e cronogramas de execução por parte dessas empresas terceirizadas, os quais farão parte anexa do presente Plano de Implementação quando finalizados, sendo prevista sua entrega em 30/06/2023. O desenvolvimento e implantação das alterações tecnológicas seguirão as seguintes fases:

- Versão teste para homologação – março 2024
- Conclusão dos testes de sistema – maio 2024
- Implantação da versão final do sistema – agosto 2024

d. Adequações Contábeis

Elaboração, em conjunto com a área de Contabilidade, de novos normativos internos dos novos processos contábeis a serem aplicados no início da exigência das emissões de novos balancetes e balanços contábeis, contemplando a análise dos impactos com a implementação dos novos critérios estabelecidos pela Resolução, contemplando:

- Desenvolvimento e apresentação, por parte das áreas de contabilidade e gestão de riscos, de estudo com os impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Cooperativa frente a implantação das novas normas – 30/11/2024

e. Demonstrações Financeiras

Divulgação de todos os documentos exigidos pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na Resolução 4966 ou em futuros normativos, com destaque para:

- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022: Divulgação resumida do presente Plano de Implementação;
- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023: Divulgação da situação do andamento da implementação, bem como possíveis ajustes necessários no presente Plano, inclusive as possíveis alterações decorrentes de normas adicionais emanadas pelo Bacen;
- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024: Divulgação dos impactos estimados na situação financeira da Cooperativa decorrentes da implantação dos novos conceitos e critérios contábeis.

Documento assinado digitalmente

MARCOS ROBERTO BAZZEN:86830872987
Assinado de forma digital por MARCOS ROBERTO BAZZEN:86830872987
Dados: 2024.02.26 14:17:59 -03'00'

MARCOS ROBERTO BAZZEN
Presidente
CPF: 868.308.729-87



AMAURI ZANIN
Data: 26/02/2024 15:01:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AMAURI ZANIN
Diretor Resp. Área Contabilidade
CPF: 572.246.769-34

FRANCIELI DIAS DA SILVA ZOCCOLI
Contadora
CRC PR 064.037/0-6 T/SC

FRANCIELI DIAS DA SILVA ZOCCOLI:06486709960
Assinado de forma digital por FRANCIELI DIAS DA SILVA ZOCCOLI:06486709960
Dados: 2024.02.26 18:06:52 +01'00'